

PORTUGAL... ENTRE O APELO DO MAR E O APEGO À TERRA – O discurso europeu na periferia atlântica^(*)

António Martins da Silva

Universidade de Coimbra

Não se conhece em Portugal, até ao século XIX, qualquer esboço teórico que configure um projecto ou a simples manifestação da ideia de uma Europa organicamente unida, alicerçada em instituições ou formas de cooperação de qualquer natureza. Não existe sequer, em rigor, a consciência de pertença comum a um espaço cultural identitário, europeu ou cristão, cuja unidade devesse ser preservada e defendida, para o seu bem comum e paz perpétua,

(*) O presente trabalho reproduz, no essencial, o estudo que nos foi solicitado, sobre a ideia de Europa em Portugal desde o séc. XVIII até ao presente, e publicado, em alemão, com o título «Portugal... wo das Festland endet und die See beginnt. Der europäische Diskurs eine peripheren Landes», na obra colectiva *Jahrbuch für Europäische Geschichte*, herausgegeben am Institut für Europäische Geschichte von Heinz Duchhardt, Band 5 (2004), R. Oldenbourg Verlag München, 2004, pp. 3-32. Por ser uma primeira tentativa de síntese breve entendemos publicá-lo também em português, mas com algumas alterações, acrescentos, adaptações e cortes em relação ao texto original. Para um estudo aprofundado ver António Martins da Silva, *Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Viseu, Palimage Editores, 2005.

através de qualquer esquema político de autoridade supranacional, internacional ou transnacional, com base na concertação entre as monarquias ou num mero entendimento de princípios, de objectivos, de vontades e de compromissos entre soberanos. Não se conhece; e é pouco provável que quaisquer manifestações dessa natureza tenham existido. Acantonado no extremo ocidental do continente europeu – onde a terra acaba e o mar começa –, natural e historicamente exposto à fronteira atlântica, se, num determinado período da sua história, Portugal, na sua descoberta do Mundo, levou consigo a Europa ou os seus mais representativos valores comuns, não nos parece que alguma vez tivesse eco qualquer proposta que traduzisse a vontade de construção de uma Europa unida.

Existe, contudo, a referência a uma curiosa e original iniciativa de união da Europa atribuída ao rei D. Manuel I; o monarca, auto-intitulado *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia*, aquando da aparatosa embaixada de obediência enviada ao Papa (Leão X), em 1513, chefiada por Tristão da Cunha, mandou entregar ao Santo Padre um documento onde propunha a realização de um magno congresso dos príncipes cristãos europeus, para deliberar sobre a constituição duma aliança universal, espécie de Pan-Europa, sob a chefia do Sumo Pontífice, a fim de garantir a concórdia e a prosperidade europeias. Com esta iniciativa do rei “Venturoso”, Portugal – país que gozava então «duma paz profunda» em contraste com uma Europa que se transformava «num campo de batalha» – teria sido precursor, segundo a fonte indirecta que estamos a utilizar¹, dos esforços para a unificação da Europa, por meio de um acordo pacífico e voluntário. E se a iniciativa não teve resultados práticos, a culpa não foi, segundo a nossa fonte, do «grande rei Manuel I, de Portugal», que se tornou «credor da gratidão da posteridade», mas sim porque a autoridade dos Papas era

¹ Roberto Kugelman, na revista alemã W-E-Z, 2 Fev., 1931, apud *Diário de Notícias*, de 15/2/1931, p. 1. Não nos foi possível confirmar qualquer testemunho documental coevo que pudesse tornar sustentável a proposição que aqui se expende.

cada vez mais contestada numa Europa irremediavelmente dividida pelo vasto movimento da Reforma.

Da autenticidade dos pormenores de que tratava a Carta de D. Manuel entregue ao Papa por Tristão da Cunha, lida em «alta voz» pelo seu assessor Doutor Diogo Pacheco, e das conversas secretas que teve o chefe da missão portuguesa com o Papa na sua câmara, bem como das audiências subseqüentes, «dos negócios que com ele tratou, e impetrou segundo as instruções que para isso levava», nada de substancial e concreto acrescentam os cronistas portugueses. Entre as matérias gerais, conta-nos Damião de Góis, destacavam-se a realização do Concílio, a reforma da Igreja e a guerra contra os Turcos; mas nada disto se fez – «não houveram efeito», diz o cronista². Tudo leva a crer, de qualquer modo, que era bem acolhida em Portugal a ideia e o projecto de uma *Respublica Christiana*, absorvendo todos os povos no seio da Igreja sem distinção de raças nem de credos, que o rei português estaria em boa posição para protagonizar, sob os auspícios do Papa, dada a tranquilidade do seu reino, a sua habilidade em manter-se neutral nos conflitos continentais que na época opunham as potências europeias, o seu prestígio, a sua grandeza, magnificência «e vigilância que tinha nas coisas da fé e guerra que continuamente fazia aos infiéis»³. D. Manuel I seria assim também precursor do projecto da República Universal e Cristã empreendido, anos mais tarde, pelo Imperador Carlos V, mas que os seus sucessores – o filho Filipe II, que recebeu a Espanha e o império ultramarino, e o irmão Francisco I, que herdou o título imperial – não souberam engrandecer nem preservar.

Também é inegável que houve, em Portugal, antes da idade contemporânea, a consciência, mais ou menos individual, da ideia da necessidade de uma certa unidade europeia ou da cristandade, nos tempos recorrentes em

² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel, Parte III*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954 (conforme a primeira edição de 1566).

³ *Idem, ibidem*, Parte III, cps. LV-LVI, pp. 207-213.

que sobre o continente se intensificavam os conflitos entre Estados, com as dissensões políticas e religiosas que ensanguentaram alguns longos períodos da moderna idade. O exemplo mais lúcido e expressivo dessa sensibilidade foi sem dúvida Camões que no Canto VII dos *Lusíadas* invectiva as nações europeias que se digladiam em fraticidas contendidas (alemães, ingleses e franceses) ou se distraem com viciosas ociosidades (italianos) – «Que uns aos outros se dão à morte dura» –, em vez de, «sendo todos de um ventre produzidos», combaterem «o superbíssimo Otomano» ou «o torpe Ismaelita», defenderem contra estes intrusos e preservarem no seu próprio seio a unidade cristã. Engrandece assim e encoraja o exemplo dos Portugueses que, sendo «poucos quanto fortes», destinados estão pelos desígnios divinos que «muito façais na santa Cristandade».

Qualquer destas manifestações de intenção ou de vontade relevam ainda da ideia ou do imaginário medieval e imperial de cruzada contra o infiel, surgem por força de preservação da unidade religiosa face ao perigo externo ou aos demónios internos que semeiam a desordem e provocam a guerra no seio mesmo da própria cristandade. As propostas modernas, a partir dos sécs. XV-XVI, configurando a perspectiva de uma unidade europeia, não têm eco em Portugal: nem as que propunham a supremacia do Papa ou de um imperador com o direito de tomar medidas imperativas para salvaguardar a paz presente e futura na Europa ou na Cristandade e com poderes para actuar em domínios mais ou menos amplos, mas com o dever de respeitar os costumes dos povos; nem as que enjeitavam a possibilidade de confederações ou associações com um ou com o outro, sem eles ou contra eles, através de uma união imperial ou de uma aliança multilateral; nem, evidentemente, as que ousavam a constituição de dietas, congressos perpétuos ou assembleias supranacionais, compostos por representantes dos Estados ou por delegados dos povos, decidindo por comum acordo ou com base em critérios de ponderação, com ou sem recursos financeiros próprios. Nem no século XVIII, século europeu por excelência lá fora, são perceptíveis, neste rectângulo extremo ocidental, sinais audíveis de comunhão com as ideias e os ideais de unidade que abundam no interior do continente. Apesar de alguns académicos portugueses reivindicarem a pertença à “República das Letras” e de outros manifestarem a consciência de pertença à Europa e à sua melhor parte, nomeadamente no que aos progressos das ciências naturais e das

artes liberais e mecânicas respeitava, apesar da receptividade a novidades e inovações e da permeabilidade a influências iluministas, as implicações práticas, e mesmo a expressão teórica, foram muito limitadas, incipientes e temerosas – na política, na sociedade, nos espíritos⁴ –, e a ideia europeia de unidade era completamente ausente, tanto quanto se conhece.

É na época contemporânea, a partir sobretudo do último meio século de oitocentos, que a consciência da necessidade de aproximação de Portugal à Europa, a ideia de unidade e a participação em projectos e instituições de cooperação ou de integração assumiram expressões crescentes, embora de forma flutuante, com avanços e recuos, conforme os condicionalismos políticos internos e as conjunturas internacionais. Mas é só no século XX, no pós-primeira guerra, que se esboçam os contornos e a forma de uma ideia de unidade europeia moderna, que ganhará corpo e movimento após a segunda guerra. Portugal participou neste processo nos anos 20, mas a irrupção do salazarismo, nacionalista, atlantista e colonial, deixaria profundas marcas na consciência e na sensibilidade nacionais, e afastaria o país da caminhada para a unidade europeia, embora não ficasse alheio a formas de cooperação económica e de segurança, que entretanto se organizaram, desde que não pusessem em causa os princípios e os alicerces do Estado Novo. Após o 25 de Abril, volvida a fase da vertigem revolucionária, a realidade nua e crua da lusitana condição doméstica impôs-se à evidência de muitos:

⁴ Ver, a propósito, Norberto Ferreira da Cunha, «Dos “homens de letras” aos “filósofos” da Luzes», in *Europa: Globalização e Multiculturalismo*, coord. de Norberto Cunha, Editora Ausência, 2006, pp. 77-69. Norberto Cunha cita um opúsculo de 1765 onde se descrevem os carros alegóricos que entrariam no cortejo de inauguração à estátua equestre de D. José – citação que, por ser sugestiva, reproduzimos parcialmente: «no cume da popa do carro da Europa, irá em pé, sobre um pedestal, a figura da Europa, representada em uma famosa Matrona trajada de roupas tálares Reais muito ricas [...], coroa na cabeça, e manto imperiais, demonstrativo de ser a Europa a mais nobre, e senhora das outras partes [...]. No respaldo do Pedestal vê-se um troféu de armas, e alusões eclesiásticas, e científicas, para denotar que a Europa, e especialmente este Reino, é o centro da pura Religião, e onde melhor se cultivam as Artes e Ciências». Figuravam ainda mais três carros, segundo o resumo, de Norberto Cunha, do documento que cita, que identificavam Apolo, Oceano e “Portugal Triunfante, pela protecção das Ciências e das Artes Liberais» (*id.*, *ibid.*, p. 89).

a opção europeia, apesar de todas as dúvidas e hesitações, tornou-se, doravante, uma realidade incontornável. Contudo, a condição geográfica periférica de Portugal e a sua natural exposição orientada para o oceano funcionam como elementos subjacentes ou estruturantes desta cíclica perplexidade de encontro ou de desencontro em relação à Europa – aqui, entre o apelo do mar e o apego à terra.

Na abordagem que faremos a partir do século XIX, consideraremos, por razões de compartimentação temática, como decorre do parágrafo anterior, três grandes períodos: da Monarquia Constitucional à Primeira República (1820-1926), da Ditadura Militar ao fim do Estado Novo (1926-1974), da Revolução dos Cravos até ao presente (1974-2003). A cada um destes períodos, corresponde um diferente posicionamento perante a Europa e face ao império ultramarino e/ou ao “mar português”: no primeiro, após a traumática perda do Brasil em 1822 – a “jóia da coroa” –, registou-se uma viragem no sentido da Europa com um relativo esquecimento do espaço colonial restante; no segundo, assistimos ao regresso ao mar e ao mito imperial em toda a sua dimensão (política, económica, social e cultural) e ao alheamento consequente em relação à Europa; no terceiro período, perdido o império, a Europa configura-se como o destino possível para o futuro de Portugal, e o mar é assumido, doravante, como plataforma de relacionamento com outros povos e não mais como objectivo de realização de Portugal. O posicionamento dominante em cada um destes períodos não é estanco nem estático: esboça-se e cresce na fase final do período que o antecede, prolonga-se e dilui-se no período que lhe sucede; é uma atitude mental (nacional), com factores endógenos e exógenos subjacentes, à qual o elemento político (o regime, o sistema de governo) dá configuração ideológica, suporte institucional e consistência estratégica.

Da Monarquia Liberal à República (1820-1928): a abertura à Europa

1. Uma primeira reflexão séria sobre o lugar de Portugal no «concerto europeu» saído do Congresso de Viena de 1815 e sobre a posição que «há-de tomar» e «deve tomar» na Europa do futuro, alicerçada numa *Santa*

Aliança dos Povos unidos na liberdade contra o despotismo oligárquico dos reis, deve-se a Almeida Garrett (1799-1854), escritor, diplomata, militante e político liberal. Na sua obra, *Portugal na Balança da Europa*, publicada em 1830, o eminente escritor considera que a Europa se encontra perante uma crise de civilização, da qual resultará o desaparecimento de todos os «antigos equilíbrios políticos». Segundo ele, «nessa antiga balança europeia Portugal era considerado um contrapeso necessário ao equilíbrio das três grandes potências do Oeste da Europa, França, Inglaterra e Espanha». A Inglaterra era a mais interessada neste posicionamento português e, por essa razão, tutelou e condicionou a independência de Portugal. Porém, as ideias de liberdade difundidas pela revolução francesa floresceram por toda a Europa e minaram a velha ordem oligárquica europeia que ruiu perante os progressos imparáveis da civilização e a democratização crescente do ideal da liberdade.

Qual o lugar de Portugal neste novo contexto, nesta «nova ordem de coisas», que sairá da revolução dos povos «contra os opressores»? Só lhe resta encontrar, segundo Garrett, um novo posicionamento alternativo: ou como Estado independente e livre, ou como Nação respeitada mas unida à Espanha. A posição que naturalmente lhe convém é aquela que – de acordo com as aspirações do povo português e com o princípio da civilização que fará «a liberdade voltar à ordem natural do Mundo» e estabelecerá um «novo equilíbrio regular» europeu –, deverá firmar um sistema político «indulgente, generoso e tolerante» que funcione como farol de esperança e de realização para os portugueses: «Liberdade sem sangue, igualdade sem desavenças, religião sem fanatismo, monarquia sem despotismo, nobreza sem oligarquia, governo popular sem demagogos!». Mas, contrariamente, se, desta forma, a liberdade não for possível, só resta «*unir-nos* para sempre a Espanha». Se tal hipótese se tornar inevitável, façamo-lo «de comum acordo e para segurança dos dois Estados», no quadro de uma «Federação» que, salvaguardando a dignidade de cada um dos povos, permita «reconstituir» e «reequilibrar, enfim, Portugal na balança da Europa»⁵.

⁵ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

2. Uma outra reflexão sobre a identidade portuguesa num contexto europeu é expressada através da polémica que, pelos meados do século (1853), opôs Alexandre Herculano (1810-1877) e António Pedro Lopes Mendonça (1826-1865), a propósito da introdução e expansão do caminho-de-ferro em Portugal, cujas consequências suscitavam perplexidades, por parte de alguns, e estimulavam entusiasmos, por parte de outros⁶. Herculano situa-se entre os primeiros: a implantação daquele revolucionário meio de transporte deveria ser encarada com muita prudência, em particular pelas nações pequenas como Portugal, nas quais os riscos de perda da sua identidade regional e nacional eram maiores e potencialmente mais graves. Entre os segundos posiciona-se Mendonça, para quem a expansão rápida do caminho-de-ferro era condição indispensável para o progresso, porque, pelas influências e intercâmbios que permite, elevará o nível de vida e de cultura do povo português e colocará Portugal no patamar da Europa. Têm ambos uma preocupação comum, que é a de promover o desenvolvimento de Portugal, mas por caminhos diferentes: Herculano aposta na força endógena das instituições e das tradições portuguesas, que desde a Idade Média mostraram a sua validade; Mendonça considera que Portugal tem de integrar-se no espectro das nações mais evoluídas da Europa e seguir os seus critérios de desenvolvimento. Trata-se, por conseguinte, de dois olhares sobre a atitude de Portugal perante a Europa civilizada: um teme o desvanecimento e a absorção de Portugal, nomeadamente por parte da Espanha, se seguir modelos europeus alheios à sua personalidade; o outro entende que a regeneração do país e o seu reposicionamento no contexto internacional passam por uma ampla integração na realidade europeia, mesmo que, para o efeito, tenha que fazer parceria com a Espanha, partilhando comumente instituições políticas centrais, mas salvaguardando a especificidade e a autonomia de cada Nação. Um conjunto ibérico coeso e forte poderia, no entendimento de Mendonça, erguer-se perante a Europa como um baluarte credível e

⁶ Filomena Mónica [textos coligidos por], *A Europa e nós: uma polémica de 1853*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

respeitado, subtraindo-se assim à dependência tutelar ou à cobiça imperial das grandes potências europeias.

Não se conhecem em Portugal, nesta primeira metade do século de oitocentos, reflexões directas sobre a possibilidade de a Europa encontrar formas concertadas de cooperação e unidade. Os ecos de Mazzini e do manifesto *Jovem Europa* de 1834 não parecem ser audíveis em Portugal, pesem embora algumas reflexões, como as de Garrett, para quem, a libertação de Portugal passava pelo seu envolvimento em prol da liberdade dos povos contra o despotismo dos reis. Se excluirmos a possibilidade avançada de uma união com a Espanha, em nenhum caso conhecido se considerou a hipótese de um movimento revolucionário que congregasse fraternalmente, num vasto esquema federativo e na base da «Liberdade, Igualdade, Humanidade», as jovens nações livres na *Jovem Europa* «para tudo quanto diga respeito ao bem geral» – tal como proclamava Giuseppe Mazzini no seu manifesto de 15 de Abril de 1834.

3. Outras reflexões multifacetadas surgem nos protagonistas da chamada Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão... São, todos eles, *europelístas* no sentido em que se afirmam como europeus de espírito e de cultura. Mas a Europa que os seduz resume-se a três ou quatro grandes nações (a França, a Inglaterra e a Alemanha) – verdadeiros pólos intelectuais e civilizacionais do mundo; e a que imaginavam, funcionava como um espaço de comunhão espiritual, de circulação livre de ideias, de convívio intelectual sem fronteiras, de projecção humanista e de esperança no futuro da humanidade.

A ideia de Europa, como vontade ou projecto político de união, não parece ter receptividade credível nalguns dos nomes mais sonantes da referida Geração. Embora a reflexão e o entendimento que faziam sobre a Europa e o lugar que Portugal tinha ou deveria ter perante ela não fossem homogéneos, não se constata a adesão convincente a qualquer teoria ou esquema institucional de unidade política ou económica para a Europa do futuro. Mas as ideias sobre a matéria, na segunda metade de oitocentos, do grande arauto do projecto dos *Estados Unidos da Europa*, Victor Hugo, eram conhecidas pelos autores da denominada Geração de 70. Não as condenando, não nos parece que fossem levadas a sério pelos seus mais destacados

protagonistas; eram apenas referidas, quixotesicamente, sem qualquer utilidade prática, como o faz Eça n' *Os Maias*: «O Alencar [...], vendo o romantismo desacreditado nas letras, refugiava-se no romantismo político, como num asilo paralelo: queria uma república governada por génios, a fraternidade dos povos, os Estados Unidos da Europa»⁷.

Diga-se de passagem, a propósito deste último escritor, que a relativa ausência de simpatias, nas suas obras publicadas, pelo ideal de unidade europeia de Victor Hugo parece ser compensada, por ocasião da morte deste, numa carta, datada de 20 de Julho de 1885; nesse documento, Eça considera-se um fanático admirador do escritor francês, dele divergindo apenas na persuasão de que Paris se tornará a capital da Europa Unida do futuro, tendo então declarado: «É assim que me conservei acreditando delicadamente nos Estados Unidos da Europa»⁸.

Se nas grandes obras da literatura oitocentista portuguesa escasseiam as referências ao ideal dos *Estados Unidos da Europa*, tal não se poderá afirmar no que respeita às repercussões na imprensa. Diversos escritores, jornalistas e políticos portugueses corresponderam-se com Victor Hugo (António Feliciano de Castilho, Rebelo da Silva, Brito Aranha, Guilherme Braga, Carrilho Videira, entre outros), publicaram cartas na imprensa ou assinaram artigos encomiásticos sobre o escritor francês. O historiador e político Pinheiro Chagas (1842-1895), por exemplo, chamou-lhe «o pássaro cantor da colossal aurora da humanidade». O poeta e jornalista Guilherme Braga (1845-1874), apelidou-o de o «novo Moisés», divulgou no jornal que dirigia (*Gazeta Democrática*) o ideário político de Victor Hugo e cartas que dele recebeu, e enalteceu a ideia dos Estados Unidos da Europa, «o rumo que aponta para o Universalismo dos povos»; outros autores (Magalhães Lima, Brito Aranha...) e periódicos portugueses (*República Portuguesa*, *Arquivo Pitoresco*...), amantes da liberdade e da solidariedade dos

⁷ Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., ed. cit., p. 166.

⁸ *Idem*, «Uma carta sobre Victor Hugo», in *Ilustração-Revista de Portugal e do Brasil*, 1885, Vol. II, pp. 251-253.

povos, fizeram eco das ideias republicanas e universalistas do grande mestre francês. As comemorações em Portugal do nascimento de Victor Hugo foram um momento alto para glorificar o «apóstolo supremo da raça humana», pelo ideário humanista e de unidade dos povos, pelas repercussões democráticas em Portugal, por ter amado e cantado este país de Camões, do mar e da pioneira e nobre decisão da abolição da pena de morte; com ele, segundo Magalhães Lima (1850-1928), uma nova era se iniciou na história da Humanidade: a «fraternidade dos povos» e o «princípio dos Estados Unidos da Europa». Na passagem do século, a revista *Almanch Bertrand*, de 1901, publicava um texto visionário de Victor Hugo, escrito em 1867 com o título de «L'Avenir», no qual anunciava que a grande Nação do século XX se chamará Europa, prelúdio da nação do futuro que se chamará Humanidade: Os *Estados Unidos da Europa* a que se seguirão os *Estados Unidos do Mundo*. Mais comedido ou, simplesmente, profético quanto baste, o referido almanaque conclui: «Feliz da humanidade se uma pequena parte das antevistas do poeta estiverem realizadas, ou estiverem a ponto de o ser, na alvorada do século XXI»!

4. Mas o profetismo de Victor Hugo ou não era levado a sério por uns ou era adaptado à realidade nacional por outros que, em Portugal, se confrontavam com a realidade de um país atrasado e decadente, cuja independência era condicionada pelas estratégias de interesses britânicas. Ora, a preocupação dominante destes portugueses centrava-se, como já anotámos, no reposicionamento de Portugal num lugar digno perante a Europa civilizada. As crises que abalavam os dois países ibéricos, a inexistência, por parte de cada um deles, de qualquer protagonismo em termos europeus, fez resvalar alguns escritores e militantes republicanos, sobretudo a partir dos anos oitenta, para a defesa do Federalismo Ibérico. Perante uma Europa onde os sinais de tensão e de tentação hegemónica das potências mais fortes se tornavam preocupantes, Portugal e Espanha deveriam unir-se e enfrentar um destino comum. O conceito de uma federação ou de uma união ibéricas não tinha para os diversos autores que o utilizaram o mesmo exacto significado nem idênticos pressupostos e consequências; mas tinha geralmente em comum uma clara rejeição do *iberismo*, que pressupunha uma anexação unilateral do Estado mais fraco pela potência mais forte, naturalmente com

defensores do lado espanhol. O federalismo ibérico, por sua vez, reivindicava o respeito da individualidade de cada povo ou de cada componente, a intocabilidade do seu património étnico, histórico e cultural, e a salvaguarda de uma ampla autonomia regional e/ou nacional. Henriques Nogueira (1825-1858), por exemplo, dera um contributo doutrinário importante para a teorização do projecto da federação dos povos peninsulares, ao qual não eram alheias as influências do socialismo haurido em Fourier e Louis Blanc e o federalismo de Proudhon. Teófilo Braga (1843-1924) retoma mais tarde, no contexto do rescaldo do ultimato inglês de 1890, as teses de Nogueira em defesa de uma *República e Federação hispano-latina*, como solução e caminho para o rejuvenescimento de Portugal. Magalhães Lima (1850-1928) acreditava, como Teófilo, nas virtualidades de uma *Federação latina* que, além de Portugal e da Espanha, incluía a participação da Itália e da França, em cujos povos estavam presentes afinidades históricas, culturais e étnicas que os vocacionavam para formas de cooperação e de solidariedade. Tal como o entendiam, este pan-latinismo conjugava-se com uma visão mais vasta da organização pacífica e equilibrada do espaço europeu continental em conjuntos étnicos inter-cooperativos, solidários dos mesmos elementos essenciais de civilização, como sejam o *Pan-germanismo* e o *Pan-eslavismo*⁹. Lima, na esteira de Victor Hugo, vai mesmo mais longe: os «Estados Unidos da Península» ou a «República Federal da Ibéria» eram apenas o caminho para os Estados Unidos da Europa, do mesmo modo que a federação europeia era a ponte para a futura federação humana, a *República Universal*¹⁰.

São, resumidamente, estes os debates e os combates com que transitamos do Portugal de oitocentos para o de novecentos.

5. Fernando Pessoa (1888-1935) é, nas primeiras décadas do século XX, o maior e mais original nome português na forma multifacetada como

⁹ Ver Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.

¹⁰ Magalhães Lima, *A Obra Internacional*, Lisboa, 1896; *O Federalismo*, Lisboa, 1898.

cantou e contou, nos poemas ortónimos e heterónimos e nos textos em prosa, a ideia de Portugal e a de Europa: é um nacionalista, que não o é (no sentido político ou ideológico), porque a sua forma de o ser é supranacional, europeia, universal, que ama a sua pátria como ama a humanidade, numa espécie de «compromisso supremo» ou de mediação entre o ser individual e o ser colectivo. O seu «nacionalismo» é «liberal», «absolutamente anti-reaccionário» – porque defende que cada homem é livre para pensar, exprimir ou pôr em acção o que quiser desde que respeite os «iguais direitos dos outros»; é «cosmopolita» – porque como «verdadeiro português» não «pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé», terá que «ser tudo, de todas as maneiras»; é «místico» e mítico – porque é recriado por «um sebastianismo novo», movimento religioso que ganha forma e corpo «em volta de uma figura nacional, no sentido de um mito», simbolizado na figura de D. Sebastião, que regressará (simbolicamente) numa manhã de nevoeiro para realizar o *Quinto Império* e dar início à «fraternidade entre as nações»; é profético e messiânico, de amplitude universalista – porque ele próprio se considera um mensageiro e «criador de mitos», investido de um «mandato subjectivo» para com a pátria e a humanidade, a fim de recriar uma «Nova Alma Portuguesa» e anunciar a «hora», essa mágica hora em que, «do fundo surdo do destino», soaria o clarim que a todos convocaria para cumprir «Portugal feito Universo» e consumir a «Criação de um Mundo Novo».

A Nação é, para Pessoa, o caminho entre dois *lugares* – o indivíduo e a Humanidade – que conduz, através da sublimação gradual da «fraternidade patriótica», à «fraternidade de todos os homens»; o lema é «Tudo pela Humanidade, nada contra a Nação». Ser patriota é «valorizar em nós o indivíduo que somos, e fazer o possível por que se valorizem os nossos compatriotas», para que assim a Nação funcione como verdadeira «escola presente» para a consecução da «super-Nação futura». Por isso Pessoa ama a sua pátria, sentimento que não deixou de manifestar até ao termo da sua vida. Mas a sua pátria «é a língua portuguesa» porque ela exprime a identidade de uma nação, esse «nada que é tudo» ou esse «ser tudo de todas as maneiras»; e essa nação, que é Portugal, tem uma alma universal, é o rosto com que a Europa «fita [...] o ocidente, futuro do passado», como escreve no poema com que abre a *Mensagem*.

É esta em suma a grande *Mensagem* de Pessoa que de uma forma tão poeticamente sublime expressou nessa sua mítica obra com este mesmo título (único livro, aliás, que publicou em vida), acto culminante da sua cruzada para cumprir o destino de um povo, destino da humanidade. Porque, em boa verdade, a *Mensagem* não é, no quadro de um nacionalismo fechado, a saga de um povo; é sim a gesta universal do humano, a sempre perseguida utopia da humanidade em busca da felicidade, o sonho de um futuro eternamente adiado, mas cuja «hora» está próxima porque muitos são os «sinais» e «os avisos» num Portugal entristecido e cansado de esperar, numa Europa decadente e à beira da catástrofe.

Pessoa tinha uma ideia positiva de Europa: a do espírito, a da cultura, a do movimento civilizacional, a da modernidade complexa e plural. Foi esta Europa que os portugueses, à sua maneira, levaram para o mundo nos Descobrimentos; era esta Europa que o português estava destinado a universalizar, pela sua estrutural «habilidade para ser tudo» – «toda a gente e toda a parte» –, pela sua inata capacidade de ser «múltiplo», que a heteronímia do poeta tão bela e paradoxalmente expressou e personificou. Ele, Pessoa, considera-se europeu, mas isso não basta para a sua alma universal: «Para mim é Europa em toda a parte, e não Lisboa ou qualquer outro simples local. É uma questão de estado mental sem necessidade de estado social» – dirá, na sua própria pessoa, em 1923; «Tenho o desejo de ser de todos os tempos, de todos os espaços, de todas as almas, de todas as emoções e de todos os entendimentos» – precisará ele em 1926, na versão heterónima de Álvaro de Campos. Portanto, Europa era para Pessoa – patriota e cidadão do mundo –, um estado de espírito, mas também o espaço possível para o florescimento dessa imensa pátria cultural, desse império espiritual, o “Quinto” ou outro¹¹.

É neste contexto também, de cosmopolitismo e de universalidade, que deve ser entendido o “Ultimatum” de Álvaro de Campos, essa espécie de

¹¹ Ver *Fernando Pessoa e a Europa do século XX*, Fundação de Serralves, s. d., nomeadamente Teresa Rita Lopes, «A Europa de Pessoa e a de Sá Carneiro», pp. 49-61.

manifesto, escrito no auge da guerra (1917), contra os mandarins da Europa (políticos ou seus apaniguados e cúmplices, escritores, filósofos, cientistas ou outros) que a conduziram à catástrofe e para os quais era urgente um «Mandado de despejo». Eles personificavam todos toda a «Insuficiência da Época!». A Europa merecia mais e melhor:

«A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro! [...]. A Europa quer a Grande Ideia [...] – a ideia que seja o Nome da sua riqueza anónima! [...]. O Mundo quer a Europa! [...]. A Europa está farta de não existir ainda! [...]. A Europa quer passar de designação geográfica a pessoa civilizada! [...]. O que aí está não pode durar, porque não é nada!»¹².

Eis a Europa de Pessoa, ou a que ele deseja, na versão de Álvaro de Campos, o mais cosmopolita dos *Pessoas*. É uma Europa nova, feita universo («Sê plural como o universo!» – disse ele em data incerta), plural como ele, como a pluralidade da sua heteronímia, mas um *uni-verso Versus Unum*, onde a pluralidade se reconverte ou regressa à unidade¹³, numa espécie de reencontro final num desejado futuro de desenlace dialéctico entre o passado e o presente, nessa Europa Una de Nietzsche e de outros (tantos outros!) que por ela clamaram e pregaram.

Pessoa foi assim um homem do seu tempo, uma espécie de «janela da Europa»; como outros sonhou, no seu original jeito e modo de ser, com um Portugal e uma Europa redimidos da decadência em que se prostravam. Mas, esse mítico Quinto Império com que sonhava, essa fraterna Humanidade não ia, não poderia ir além do seu próprio sonho porque, como escreveu Eduardo Lourenço, em Pessoa «a relação da humanidade com o seu desejo não é, nem pode ser, *natural*, porque foi e é através das formas que assumiu

¹² David Mourão-Ferreira [pref. e org. de], *Fernando Pessoa, o rosto e as máscaras*, Lisboa, Ática, 1976.

¹³ Ver António Quadros [intr. e org. de], *Mensagem e outros poemas afins*, Mem-Martins, Pub. Europa América, s.d.

e assume que ela se liberta sem cessar da Natureza e se instala na sobrenaturalidade, onde não acabará jamais de se instalar»¹⁴.

6. Só no pós-primeira guerra se verifica uma notável expressão social e institucional sobre a necessidade e a urgência de a Europa se unir, ou pela fórmula federal, ou pela via, progressiva, de uniões aduaneiras e económicas.

Destacam-se, no largo espectro das múltiplas iniciativas que floresceram na década de vinte, duas importantes actuações. A primeira configura-se em torno da Pan-Europa do conde Coudenhove-Kalergi, a partir do manifesto que dirigiu aos europeus em 1924, no qual apelava para a união urgente das nações, sob pena de a Europa se precipitar para um novo abismo. A segunda actuação consubstancia-se na corajosa iniciativa de Aristide Briand, ministro dos negócios estrangeiros de França, quando, em Setembro de 1929, propôs na Sociedade das Nações (SDN) aos Estados Europeus participantes a criação de uma «espécie de laço federal».

Como se posicionou Portugal face ao movimento em prol da unificação europeia, no âmbito da sociedade civil, por um lado, e face ao projecto institucional no quadro da SDN, protagonizado por Briand e pela França, por outro lado?

A análise dos conteúdos dos principais órgãos de imprensa no período entre as duas guerras, jornais noticiosos e revistas de política e de cultura, revela-nos um visível interesse pelas actuações multilaterais para o estabelecimento da concórdia na Europa, no âmbito dos tratados, pactos e planos acordados; contabilizámos cerca de 2500 artigos, no período de 1921 a 1930. Para o mesmo período, e em especial entre 1925-1930, coligimos nos periódicos consultados cerca de uma centena e meia de artigos intitulados “Estados Unidos da Europa”, “Federação Europeia”, “União Europeia” e “Pan-Europa”. Muitos destes artigos pronunciavam-se a favor de uma Europa quer no quadro federalista (federação ou confederação europeias), quer

¹⁴ Eduardo Lourenço, *Pessoa Revisitado, Leitura Estruturante do Drama em Gente*, Lisboa, Gradiva, 2000.

sob a forma de outro possível mecanismo associativo que salvaguardasse a paz e a autonomia europeias perante a potência rival ascendente, os Estados Unidos da América, e mesmo, para alguns, perante a Rússia soviética.

Participam no debate sobre o presente e o futuro da Europa, na perspectiva da união, nomes grandes da intelectualidade e do republicanismo lusos: Raul Proença, Jaime Cortesão, Chagas Franco, Rodrigues Miguéis, Pinheiro Chagas, João de Barros, entre outros. Mas as opiniões manifestadas sobre as formas de unidade são diferenciadas na sua concepção e no seu posicionamento temporal: no início da década (de 20) a possibilidade de uma espécie de governo do Mundo, que pressupõe a organização de conjuntos regionais estruturados, é bem acolhida por alguns (Raúl Proença, em 1922, por exemplo); mais adiante, a perspectiva de uma federação europeia, os Estados Unidos da Europa, ou de uma confederação, a Pan-Europa, é também desejada por outros (Chagas Franco, em 1925, Pinheiro Chagas, em 1926); pelo caminho, alguns, como Rodrigues Miguéis (1926), embora partilhem da ideia bela e romântica da união política da Europa, consideram ser utópica e mesmo perigosa, na conjuntura da época, uma agremiação europeia em oposição com os Estados Unidos ou com outros países ou continentes. Todavia, à medida que se aproxima o final da década são cada vez mais aqueles que se distanciam de qualquer projecto de união económica ou política da Europa: no espectro do nacionalismo moderado, aceitam apenas formas de cooperação que respeitem a soberania dos Estados e a pluralidade dos regimes políticos; no campo do nacionalismo radical, combatem quaisquer projectos associativos ou ideias internacionalistas, porque só a Nação é o supremo valor, a única entidade viva e realidade sólida que garante a identidade da raça¹⁵.

Há visivelmente uma mudança de atitude a partir do fim da década de vinte, aqui como alhures. A proposta de Briand para um «laço federal»

¹⁵ Ver António Martins da Silva, «A Ideia de Estados Unidos da Europa no pós-Primeira Guerra: ecos na opinião pública portuguesa», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, 2001, pp. 135-167.

européu, apresentada na SDN, e o processo que se lhe seguiu provocaram ainda um sobressalto entusiástico de europeísmo. Na imprensa e no panorama editorial português apareceram, neste contexto, diversas tomadas de posição sobre a possibilidade de realização de uma federação europeia. Dois desses contributos valem a pena ser referidos: a conferência do professor Francisco António Correia (1877-1938), proferida em 11 de Dezembro de 1929, na Academia das Ciências de Lisboa, e o livro do advogado Amaro do Sacramento Monteiro, concluído em 16 de Agosto de 1930; ambos têm por título *Estados Unidos da Europa*.

Correia, no espírito do que se tornaria mais tarde a metodologia da construção comunitária, defende, três meses após a declaração do governante francês, a necessidade de uma actuação gradual como caminho desejável e possível para se conseguir a almejada federação económica que conduzirá, no limite, à federação política. Num primeiro tempo, acções individuais, bilaterais ou colectivas, tais como a cartelização, a trégua aduaneira, a redução progressiva das pautas aduaneiras, constituiriam pequenos passos no processo complexo da racionalização económica; estas actuações levariam, numa cadeia de crescentes solidariedades, à união aduaneira, com a criação subsequente de organismos políticos em que todos estariam representados; e esta, por sua vez, conduziria, de uma forma «*livremente consentida*», à unidade económica que, a exemplo do que aconteceu com o *Zollverein* alemão, mais não seria do que «o prólogo da unidade política». Assim se realizaria «essa aspiração idealista» dos Estados Unidos da Europa, conseguida através da «paz económica, como condição de uma paz política duradoura, tão ambicionada por todos os povos»¹⁶.

Monteiro, por sua vez, defende – num trabalho editorial concluído cerca de duas semanas antes de ser submetido à SDN o memorando francês com as respostas dos governos europeus – a constituição de uma federação europeia com base na formação de blocos regionais, assentes preponderan-

¹⁶ Francisco António Correia, «Estados Unidos da Europa», in *Revista do Instituto de Comércio de Lisboa*, Ano XIII, Abril-1930, pp. 206-217.

temente no «critério económico, tendo em atenção também as afinidades étnicas, vizinhança geográfica, língua, religião e costumes». Nesta perspectiva, Portugal integraria o «Bloco Latino», juntamente com a Espanha, a França, a Itália, a Suíça e a Bélgica, a que se associariam as colónias de cada um destes Estados, que ficariam unificadas e pertença do Bloco; os outros blocos (anglo-saxão, germano, balcânico-danubiano, báltico-escandinavo) constituir-se-iam segundo os mesmos critérios – o primado do económico e as referidas e respectivas afinidades. Assim se formaria, com bases sólidas, a União Europeia, uma espécie de Federação Europeia dos Povos com os seus prolongamentos coloniais. Tratar-se-ia de mais uma utopia – esta da criação dos Estados Unidos da Europa? Não o entende assim o referido autor: diversos factores e numerosas forças actuam e convergem no sentido da «edificação gloriosa da futura Europa unificada»¹⁷.

Mas era tarde de mais para propostas individuais. A iniciativa era agora dos governos, e estes, na sua maioria, pouca ou nenhuma vontade manifestaram pela possibilidade de uma união europeia, relegando o memorando francês para uma comissão de estudos, forma airosa de se desenharem da utopia ou da insensatez de visionários como o Sr. Briand e como outros que com ele partilhavam “rêveries” do mesmo jaez. O “laço federal” não poderia ter assim desenlace feliz: morreu ingloriamente com o falecimento do seu autor, em 1932, e com a ascensão galopante dos fascismos e a aproximação frenética de uma nova guerra, contra a qual tanto se empenhou Aristide Briand, premiado com o Nobel da Paz, juntamente com Gustav Stresemann, o governante alemão, falecido antes dele, outro grande lutador da paz e do entendimento franco-germânico. O projecto de união europeia, cuja realização foi apontada por muitos, durante o período a que nos referimos, como indispensável para a salvação da Europa, ficaria, pois, adiado até ao fim do cataclismo.

¹⁷ Amaro do Sacramento Monteiro, *Estados Unidos da Europa*, Lisboa, Livraria Moraes, 1931.

O Estado Novo de Salazar e a Europa (1930-1974): o regresso ao mar

1. Em Portugal a República Democrática implantada em 1910 chegara ao fim em 1926 com a instauração de uma Ditadura Militar. Foi neste contexto que se posicionou, em Julho de 1930, a evasiva resposta do governo português ao referido memorando francês. Embora afirmando a sua concordância de princípio com este documento, declarava-se que Portugal, não sendo um país exclusivamente europeu e tendo interesses vitais noutros continentes, não aceitaria qualquer atropelo aos seus direitos de soberania, nem espécie alguma de intromissão nos seus territórios coloniais nem eventuais restrições nas relações privilegiadas e históricas que mantivesse com outros Estados dentro ou fora da Europa. Mas aceitava, subordinadas a estas condições, formas de colaboração, desde que se situassem no terreno económico, não envolvessem qualquer compromisso político e respeitassem a pluralidade dos regimes.

A resposta do governo da Ditadura, afinada com a da Inglaterra – e influenciada pelo já então todo-poderoso ministro das finanças e futuro chefe do governo, Oliveira Salazar –, firmava assim uma posição que serviria de base à política externa do regime que lhe sucedeu (Estado Novo), em todo o período da sua vigência. Esta viragem do governo, acompanhada pela opinião pública, tem certamente muitas e diversificadas motivações, externas e internas, desde a evolução da conjuntura europeia até à personalidade de Salazar e à natureza do regime que arquitectou.

O problema, na verdade, já vem de trás: a experiência do envolvimento português nos assuntos europeus no período antecedente, desde a República até à Ditadura (1910-1928), não foi bem sucedida e teve momentos traumáticos e expressões humilhantes para o brio e o sentimento nacionais. Mas agravou-se depois: os desentendimentos e rivalidades persistentes e insanáveis entre as potências europeias, o adensamento do clima de tensão a partir da década de 30, a eclosão da guerra e a sua dimensão apocalíptica, finalmente –, tudo contribuiu para um certo desencanto em relação à Europa e para a convicção crescente de que Portugal só poderia contar com os seus próprios recursos e com que aqueles que os seus territórios ultramarinos lhe poderiam fornecer. Portugal fecha-se, por isso, à Europa, numa espécie

de autismo sombrio que se acentuará à medida que o regime se consolida. Este comportamento político e desencanto europeu contribuíram assim para a modelação da sensibilidade da opinião pública e de um largo espectro da sociedade portuguesa.

Portugal é um pequeno país, mas considerou-se durante muito tempo como uma grande potência colonial. A resposta de Portugal ao memorando de Briand é já o indício expressivo da nova orientação governativa operada com a viragem ocorrida após a chegada de Salazar ao poder e dos reflexos que vai suscitando na própria opinião pública nacional: Portugal é um país europeu, sem dúvida, mas é uma Nação que criou raízes de lusitanidade e vínculos de civilização noutros espaços de outros continentes, com direitos e deveres que não deseja ver prejudicados por eventuais conluios numa qualquer associação europeia. Perante as desilusões, os egoísmos e o desnor-teamento de uma Europa à beira da catástrofe, a «opção» portuguesa parece clara: «regenerar» a pátria, o que pressupunha, acima de tudo, fazer renascer o império, revitalizar a «nossa missão colonial»¹⁸.

A temática colonial, com efeito, passou para o centro das preocupações políticas, a partir de inícios de 1930. Numa altura em que o debate sobre a reorganização da Europa e a possibilidade de uma federação europeia mobilizavam as atenções dos governos e dos povos do Velho Continente, em Portugal ressurgia revigorada a ideia da «nossa vocação» marítima e colonial: «o verdadeiro continente português é o mar» – escreve o escritor Vitorino Nemésio (1901-1978), em Agosto de 1930¹⁹; e difundia-se a convicção de que a solução para os problemas portugueses não passava pelas «fantasistas» congeminações das potências europeias. À «ideia fixa» de Briand e dos seus conluiados – os «Estados Unidos da Europa» –, Portugal opunha o seu próprio plano, concebido à sua medida e consentâneo com as

¹⁸ Ver António Martins da Silva, «A ideia de Europa no período entre as duas guerras. O Plano Briand e o posicionamento português», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, 2002, pp. 85-151.

¹⁹ Vitorino Nemésio, «O português e o Mar», in *Diário de Lisboa*, 26/8/1930.

suas responsabilidades históricas e a sua missão civilizadora: os «Estados Unidos de Portugal e das Colónias» – como se escreve no jornal *Diário de Lisboa*, em Maio de 1930²⁰. Nem todos estavam de acordo, é certo, mas eram cada vez menos os que remavam contra a maré: – «Não falemos do passado, não evoquemos Vasco da Gama ou Camões, não falemos nas nossas glórias passadas, que na vida utilitária de hoje já não impressionam ninguém. Olhemos apenas para o presente» – alerta a correspondente em Genebra daquele periódico, pelos finais de Setembro de 1930²¹.

O «presente», com efeito, era sombrio e preocupante. A Europa estava em profunda crise e precipitava-se, à medida que os anos iam passando, no sentido da inevitabilidade da guerra. Salazar, Chefe do Governo a partir de 1933, procurou distanciar Portugal desse crescendo de tensão, cujas razões não partilhava, e considerou como «benéfica» a «grande força de progresso social e político que os nacionalismos representam», desde que se mantivessem «nos domínios da competição pacífica». Mas tinha consciência também dos graves riscos inerentes a este clima de desestabilização que criava uma «atmosfera de guerra»: «Disto e só disto me arreceio – que a Europa que nenhum problema pode resolver pela guerra dentro de si não saiba organizar em si mesma a paz». E se a guerra acontecer, como se colocará Portugal perante este facto de proporções incalculáveis e de consequências imprevisíveis? A resposta de Salazar, em Maio de 1939, é peremptória e inequívoca:

«Longe do seu principal teatro [...], a um canto da Europa, quase desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência [...] – Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossego geral [...]. A nossa feição atlântica e actividade colonial [...], a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interesses permitem as melhores e mais amigáveis relações com todos os Estados»²².

²⁰ *Ibidem*, 27/5/1930.

²¹ Irene de Vasconcelos, *ibidem*, 27/9/1930.

²² Salazar, «A crise política europeia e a situação externa de Portugal», *Discursos*, Vol. III (1938-1943), Coimbra Editora, s.d.

A neutralidade, pois!... Apesar de o fascismo e a «Europa Nova» propagandeada pelo Nazismo terem admiradores e defensores em Portugal, muitos mesmo dentro do salazarismo e alguns no seio do próprio regime²³, Salazar manteve-se distanciado e discordante de tais atitudes. Tinha em comum com os fascismos os mesmos princípios nacionalistas, autoritários, antedemocráticos e anticomunistas; mas distinguia-se deles sob muitos aspectos, inclusive no entendimento do que era e deveria ser a Europa. Considerava aqueles sistemas «uma anormalidade também», em particular o nacional-socialismo alemão, pelo radicalismo da doutrina que os enformava, pelos métodos agressivos de que se serviam e pelas tendências expansionistas que ostentavam. Manteve, todavia, a esperança, antes e durante a guerra, que uma nova ordem internacional pudesse emergir como desenlace da grave crise que se abateu sobre o Velho Continente, que uma Europa nova, com Estados autoritários fortes, contrabalançasse o peso hegemónico que a Europa velha tinha protagonizado no concerto europeu até à década de 30, com os seus caducos regimes parlamentares e a sua permeabilidade em relação ao comunismo. Essa seria a sua grande ilusão...

2. Com efeito, finda a Guerra, a aspiração multissecular da unidade europeia regressa em força. E é brandida em primeira mão pelo discurso de Churchill em 1946 na Universidade de Zurique. O Congresso da Haia em Maio de 1948 constituiu um momento alto desse militante entusiasmo em prol da união europeia; as decisões que aí se tomaram eram promissoras. Mas, para as tornar realidade, era indispensável que os governos as assumissem por sua própria conta, dando cumprimento aos anseios e às propostas do referido colóquio internacional; mas estes divergiam em questões fundamentais, e o Reino Unido tudo fará para impedir a criação de um organismo supranacional, que não fosse controlado pelos governos a decidirem por unanimidade. Como resultado do confronto surgiu, como se sabe, o Conse-

²³ Ver Luís Reis Torgal, «Salazarismo, Alemanha e Europa», in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, Coimbra, 1994, pp. 73-104.

lho da Europa, organização não vocacionada, pela sua natureza estatutária, para empreender a unidade europeia. A ideia federal ou o objectivo da integração teria que desbravar outros caminhos e congregar apenas os parceiros e as cumplicidades desejáveis.

Como se posicionou Portugal neste processo?

Uma primeira nota a destacar é a de que a informação relativa ao que sobre a matéria se passava na Europa chegou a este país de forma abundante e sugestiva. A imprensa periódica em geral noticiou com regularidade os eventos ocorridos lá fora no âmbito da unidade europeia; e as representações diplomáticas portuguesas sediadas nas principais cidades europeias (na Haia, em Paris, em Bruxelas, em Londres...) mantiveram ao corrente o governo português. Desde o discurso de Churchill às reuniões internacionais das associações ou dos grandes movimentos unificadores (da União Europeia dos Federalistas, da União Parlamentar Europeia, do Movimento Europeu...), das declarações públicas de personalidades políticas europeias às discretas conversas nos meandros das chancelarias, no decurso e no percurso do processo conducente à formação de organismos europeus — do Plano Marshall à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), do Tratado de Dunquerque ao Pacto de Bruxelas e deste ao Pacto do Atlântico, do Congresso da Haia ao Conselho da Europa — o essencial da notícia ou do problema para se formular uma posição sobre os acontecimentos em curso chegou profusamente também aqui, ao extremo ocidental do continente: a opinião pública e o poder político sabiam o que se passava. Mas como reagiram?

A partir do momento em que a ameaça de um novo conflito começa a pairar nos espíritos, a maior parte dos periódicos (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Século*, *Diário da Manhã*) manifestam-se geralmente em favor de formas de solidariedade europeia que ergam uma muralha de defesa da civilização ocidental e cristã contra uma eventual agressão vinda do leste comunista. Com diferenças de sensibilidade, conforme o jornal ou artigo de opinião, uns apoiam fórmulas vagas de entendimento europeu ao passo que outros insistem mais na congregação concertada de esforços ocidentais. Em caso algum se faz a defesa de uma união europeia no quadro de um modelo federalista. Alguns periódicos vão um pouco mais longe e destacam-se pelas iniciativas que promovem, pela profundidade das análises que

publicam e pela qualidade das opiniões que neles se expressam (*Diário Popular*, *Sol*); mas os artigos favoráveis a uma eventual unificação política da Europa são provenientes de autores estrangeiros. O Congresso da Haia mereceu, nos dias em que decorreu, as parangonas da maior parte dos jornais, preencheu páginas consecutivas, nas quais se reproduziram intervenções importantes, como, por exemplo, o discurso de abertura proferido por Winston Churchill. Mas, curiosamente, a imprensa republicana e democrática (o jornal *República* e mesmo a revista *Seara Nova*) mantém um estranho silêncio sobre o assunto: a unidade europeia não lhe interessa, os acontecimentos sobre a matéria são ignorados e as tomadas de posição são inexistentes, pelo menos neste período do pós-guerra, de 1945 a 1950.

Salazar manteve também num primeiro tempo um cauteloso silêncio em relação aos eventos que iam ocorrendo. As directivas sobre política externa, enviadas ao corpo diplomático, são escassas. Nalgumas situações, deixam-se os nossos diplomatas por sua conta e risco, os quais tentavam desenvenilhar-se o melhor que podiam, por vezes em situações delicadas, como eram aquelas em que personalidades políticas europeias solicitavam a posição do governo português, que não chegava ou não era esclarecedora.

Só tardiamente o governo se pronuncia sobre as organizações que se iam formando. Sobre o Pacto de Bruxelas, concebido sobretudo para a defesa da Europa Ocidental, cuja participação portuguesa era frequentemente invocada no estrangeiro como necessária e desejável: em vez de «fórmulas rígidas e escritas», é preferível «simples entendimento e cooperação de boa vontade num certo alinhamento geral» – dir-se-á em telegrama-circular confidencial expedido às embaixadas e legações de Portugal, com data de 3/2/1948. Sobre o Conselho da Europa, para o qual Portugal não foi convidado, a posição do governo é de que esta organização não é compatível com «a nossa concepção de soberania» – responde-se, em Fevereiro de 1949, ao pedido de esclarecimento sobre a posição a tomar por responsáveis diplomáticos portugueses.

Salazar via nestas duas organizações intenções veladas de absorção dos pequenos Estados, temia-as como instrumento de pressão no sentido da uniformização democrática dos regimes políticos, considerava-as nos seus desígnios confessos ou escondidos como contrárias à diversidade das nações europeias e às tradições históricas do povo português. Depois de ficar asse-

gurada a participação no Pacto do Atlântico – organização que dará a Portugal a segurança estratégica de que necessitava e alguma credibilidade política –, o Chefe do Governo português recusou expressamente qualquer forma de ligação, no presente e no futuro, com a União Ocidental (Pacto de Bruxelas) e, especialmente, com o Conselho da Europa – no qual Portugal não poderia entrar, dada a natureza autoritária do regime²⁴.

«Face ao mar, costas à terra» – a «linha mestra que é definida pelas necessidades vitais do povo português» –, declarou Salazar, em 25 de Julho de 1949, aquando da ratificação do Pacto do Atlântico²⁵. Com este posicionamento oficial, o tom da opinião pública e de uma boa parte da intelectualidade da época muda também e tende a identificar-se com ele: «*Unidade da Europa*, como já se proclamou em Estrasburgo, e antes se proclamou em outras memoráveis ocasiões, não» – escreve-se em editorial do *Diário de Notícias*, de 29/8/1949; a Europa, afinal, é «para nós mais paisagem do que vizinhança»; «o Centro da nossa acção histórica, o nosso horizonte, o nosso destino nacional estão no mar. A nossa projecção é atlântica e não europeia» – dirá o académico Augusto de Castro (1873-1971), na conferência que proferiu no Instituto de Altos Estudos, da Academia das Ciências, em 28/10/1949.

3. Até bem perto da década de sessenta assistimos, com efeito, a uma relativa sintonia entre o poder político e a sociedade civil, no entendimento que se assume em relação ao movimento de unidade e ao processo de integração europeias. Partidários do regime e seus opositores – com excepção dos

²⁴ Ver António Martins da Silva, «Portugal e a Unidade Europeia no pós-Guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1998), pp. 449-487; *idem*, «No início da Cooperação Europeia do pós-guerra: o Pacto de Bruxelas e as reacções em Portugal», *ibidem*, t. XXXIII (1999), pp. 737-788; *idem*, «A criação do Conselho da Europa, a unidade europeia e o posicionamento português», in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22 (2001), pp. 553-602.

²⁵ Salazar «Portugal no Pacto do Atlântico», *Discursos*, Vol. IV (1943-1950), Coimbra Editora, 1951.

comunistas, com posição própria afinada com a estratégia soviética –, partilham no essencial o mesmo ponto de vista. A ideia europeia, os ecos sobre a união política, a possibilidade de uma integração portuguesa nas Comunidades não têm em Portugal, no período a que nos reportamos, uma expressão significativa. Reacções desfavoráveis ao posicionamento que Salazar manifestou por diversas vezes, a partir sobretudo de 1953, sobre a hipótese de uma federação europeia – que considera irrealizável e incompatível com a sensibilidade do povo português, cuja «feição é atlântica» –, ou sobre o futuro da integração comunitária – que rejeita igualmente e duvida da sua eficácia –, não as encontramos na imprensa periódica nem noutros escritos de que tenhamos conhecimento.

Ao contrário do pós-primeira guerra, Portugal está, neste pós-segunda, de costas viradas para a Europa, embora a ela nos liguem valores espirituais, dela nos cheguem ressonâncias culturais e dela nos interessem vantagens económicas que, no quadro de uma cooperação cautelosa e limitada, se pudessem colher de um relacionamento comercial. Foi no quadro das potenciais vantagens desta cooperação económica que Salazar aceitou em última instância que Portugal usufruísse, depois de uma recusa inicial, dos benefícios do Plano Marshall, integrasse relutantemente a OECE e conseguisse tornar-se membro de pleno direito na EFTA – organização da qual obteve, tendo em conta o atraso estrutural da economia portuguesa, um tratamento especial, com os mesmos direitos dos outros membros e menos obrigações do que eles.

A posição oficial sobre a adesão à EFTA foi no sentido de a considerar como o mal menor ou, por exclusão de partes, como a escolha mais razoável e possível dentre as duas opções que se colocavam na altura – O Mercado Comum ou a EFTA. Apesar deste novo passo na direcção da Europa não ter suscitado entusiasmos visíveis nas elites do governo, a verdade é que um tal compromisso salvaguardava os princípios defendidos pelo regime e reduzia, momentaneamente pelo menos, os riscos de isolamento internacional numa época em que as críticas à gestão salazarista e à sua política ultramarina redobravam de vigor. Nas palavras que proferiu, aquando do almoço que ofereceu aos participantes da reunião ministerial da EFTA, que teve lugar em Lisboa em 20 de Maio de 1960, Salazar não se coibiu de insistir nesses princípios e na forma como situava Portugal na Europa:

«Nós somos dentre os Estados europeus o mais afastado do centro de gravidade política e económica da Europa. A quem nos examina no mapa, o país pode até dar a impressão de querer separar-se da terra firme e de tentar lançar-se pelos oceanos fora. [...]. Podemos considerar-nos, pelo maior peso de territórios e populações noutros continentes, quase uma nação extra-europeia»²⁶.

De um modo geral os analistas consideraram, como sendo de grande importância para Portugal e como benéfica para a economia portuguesa, esta entrada do país no espaço europeu de comércio livre. Registou-se um aumento significativo das nossas exportações para a Europa ocidental, modernizaram-se estruturas económicas, e deu-se, por esta via, um passo importante na longa caminhada terrestre de Portugal para a Europa.

Nem mesmo com o afastamento político de Salazar esta atitude mental em relação ao destino europeu mudou significativamente. Houve brechas, sem dúvida, mesmo dentro do próprio regime; e chegou-se a acreditar num tempo de viragem. Manifestaram-se vozes, desde então, de alguns diplomatas e tecnocratas sobretudo, que consideravam desejável a integração de Portugal na Europa comunitária; e deputados houve que defenderam acaloradamente, no Parlamento, «a vocação europeia de Portugal» e a necessidade de se procurar essencialmente na velha Europa os recursos que o país necessitava para conseguir a prosperidade económica e recuperar prestígio político, indispensáveis para continuar a subsistir como individualidade nacional. Há uma maior consciência social para a necessidade de uma opção europeia, estimulada pelo convencimento da perda iminente dos territórios ultramarinos e pela atracção exercida pelo dinamismo económico do Mercado Comum; e verifica-se mais vontade política para reforçar os laços com a Europa comunitária – no caso do novo chefe do governo (Marcelo Caetano) menos por convicção do que pela necessidade imposta pelo enfra-

²⁶ *Idem*, «No almoço oferecido aos participantes na reunião ministerial da EFTA», 20/5/1960, *Discursos*, Vol. VI (1959-1966), Coimbra Editora, 1967.

quecimento da EFTA, resultante da integração do Reino Unido na CEE. Foi nesse contexto que o governo português negociou um acordo comercial, aprovado em 22 de Julho de 1972, para entrar em vigor no início do ano seguinte; mais não seria possível, em virtude da natureza não democrática do regime vigente em Portugal, embora os negociadores portugueses tivessem ambicionado uma forma mais profunda de ligação às comunidades através de um acordo de associação.

Contudo, o debate interno sobre a aproximação de Portugal à Europa não ultrapassou o quadro de declarações bem intencionadas mais ou menos europeístas e de uma actuação efectiva de reforço das relações económicas portuguesas com o Mercado Comum. O futuro ou a problemática da união da Europa, o impasse em que se encontrava a integração europeia e a necessidade de reformas institucionais não tinham eco aqui. Mas lá fora também não, o tema não suscitava entusiasmos. A Europa de 1973 enquistava-se numa estagnação sombria e num marasmo que a descredibilizava internacionalmente.

Da Revolução dos Cravos até ao presente (1974-2003): a caminho e no caminho da Europa

A partir de 1974, uma nova geração de políticos europeus, com maior sentido de Europa, iria entrar em cena: primeiro, Giscard d'Estaing e Helmut Schmidt; depois, nos anos 80, a dupla François Mitterrand e Helmut Kohl. De 1985 a 1994 a Comissão Europeia será presidida por um convicto europeísta e um hábil negociador: Jacques Delors. A comunidade conhecerá então o maior relançamento desde a sua criação: alarga-se para doze e empreende profundas reformas em 1985-86, com o Acto Único, e em 1992-93, com o Tratado de Maastricht, pondo de novo na ordem do dia a questão da união política da Europa e a problemática federalista; mais recentemente, alarga-se para quinze e reforma com pequenos retoques, primeiro em Amesterdão e depois em Nice, o Tratado da União Europeia. Estas alterações – que suscitaram, no âmbito das conferências intergovernamentais que as precederam, um vivo debate entre soberanistas e federalistas – materializaram um compromisso entre defensores da cooperação intergovernamental e partidários de uma maior integração europeia.

1. Por aqui, em 1974, imediatamente antes e após a revolução, muitos se interrogam sobre o destino de Portugal, numa altura em que era já visível ou se estava perante o fim do império colonial português. Portugal, entendem alguns, terá que escolher entre a Europa e o Atlântico. Se optar pela Europa perderá de novo a sua independência porque, num espaço económico comum e, presumivelmente, num futuro político unido, Portugal diluir-se-á no grande espaço ibérico, cuja capital económica, e a prazo também política, será seguramente Madrid – de que resultaria uma situação *contra natura*, anti-histórica e anti-nacional. «Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamo-nos pelo Atlântico» (escreve Barradas de Carvalho) – condição *sine qua non* para que Portugal reencontre a sua individualidade, «*volte a ser ele próprio*», e protagonize, indispensavelmente, a criação alternativa de uma ampla comunidade lusófona²⁷.

Se nem todos partilham desta posição, há muitos que entendem que Portugal se encontra numa encruzilhada, que está em vias de fechar um longo ciclo da sua história; a necessidade de *repensar Portugal* torna-se uma preocupação para muitos pensadores após o período revolucionário do 25 de Abril – é o caso de autores como Joel Serrão (1976), Victor de Sá (1977), Manuel Antunes (1977), Eduardo Lourenço (1978), entre outros. Se, culturalmente, a atracção à Europa é, por esse tempo e desde longa data, um dado adquirido, a integração europeia não é um destino preferencial para a maior parte dos analistas portugueses, com excepção de alguns políticos, tecnocratas e diplomatas.

Todavia, a percepção que os portugueses foram tomando em relação às vantagens e desvantagens duma estreita relação com a Europa e com a possibilidade da integração vai assumindo cambiantes diferenciadas à medida que os anos passam, entre 1974 e 1986. A análise de mais de meia centena de publicações periódicas (revistas), de temática cultural, histórica, política, económica, social, jurídica, filosófica, estratégica..., permitindo

²⁷ Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

abranger a reflexão de um leque diversificado de sensibilidades e de interesses, permitiu-nos chegar a algumas conclusões que resumimos aqui numa muito breve síntese.

Num primeiro tempo, no entusiasmo e no braseiro da revolução, são muito poucos aqueles que ousam apontar um destino claro e objectivo para Portugal. «Repensar o Estado», confrontar-se «consigo mesmo e com os outros» é o caminho certo para que o país encontre «as fórmulas que melhor lhe convenham» e lhe garantam a dignidade da «sua própria existência política» (Manuel Antunes)²⁸. Pensar Portugal, assumirmos responsabilidades colectivamente, sem bodes expiatórios, é a preocupação de António José Saraiva²⁹. Evidenciar a nossa singularidade, a do «ser português», as suas contradições e os seus mitos, a sua pequenez e a sua grandeza, a sua «cegueira» e sua vontade, «que nos permitiu ser quem realisticamente parecia pouco provável que viéssemos a ser», prefigura-se como ponto de partida de uma profunda e profícua reflexão sobre o destino português, empreendida por Eduardo Lourenço³⁰. Repensar Portugal na senda de um projecto de futuro viável – depois de nos «descondicionarmos até aos recessos mais íntimos da nossa personalidade colectiva» –, é o desafio lançado também por Joel Serrão, que propõe «uma reformulação política do país, em termos de liberdade e de justiça», uma «alteração das estruturas sócio-económicas, em termos de um projecto socialista», e «das estruturas culturais-mentais da gente portuguesa, em termos de um projecto nacional de educação»³¹.

2. Findo o processo revolucionário e institucionalizado o regime democrático-constitucional, a preocupação pelo futuro de Portugal passa a ganhar contornos e objectivos mais definidos. A Europa ou o Mercado Comum

²⁸ Manuel Antunes, «Repensar o Estado», in *Brotéria*, Vol. 98, n.º 5/6, 1974.

²⁹ António José Saraiva, *Crítério*, n.º 1, Novembro 1975.

³⁰ Eduardo Lourenço, «Retrato (póstumo) do nosso Colonialismo Inocente», *ibidem*, n.º 2, 1975, e n.º 3, 1976.

³¹ Joel Serrão, «Repensar Portugal», *Nação e Defesa*, n.º 0, 1976.

surge como destino possível para alguns, com mais ou com menos dúvidas, mas, de qualquer modo, sem excluir outras possibilidades de relacionamento internacional. Para Medeiros Ferreira «Portugal terá de entrar nas instituições europeias, quer políticas quer económicas, seja por motivos próprios seja pela força centrípeta dos factores da criação desse espaço europeu e euro-africano», mas não deverá esquecer nem subestimar a diversificação das suas relações extra-europeias, nomeadamente com os Estados Unidos e, de uma forma singular, com o Brasil³². No mesmo sentido geral pronunciavam-se outros intervenientes e protagonistas da construção do presente e da perspectivação do futuro de Portugal, no espectro político democrático, que procuram evidenciar os benefícios políticos, económicos e sociais que este país periférico poderá colher numa rápida aproximação à Europa e na sua integração na Comunidade, e, reciprocamente, as vantagens que esta poderá usufruir, tirando partido da posição atlântica de Portugal, da sua condição de ponte entre a Europa e África, da sua vocação universalista e facilidade de diálogo com outros povos e outras culturas: «teremos a possibilidade de trazer como contribuição activa a esta Europa aberta ao mundo exterior a nossa vocação e aptidão para o diálogo, sobretudo com os numerosos países africanos de expressão portuguesa que fazem parte actualmente da Comunidade das Nações» – escreve Mário Soares no Verão de 1978³³. Poucos, muito poucos, se preocupam também com a Europa do futuro, com o aprofundamento comunitário: «sem o aprofundamento [continua aquele político], as Comunidades, desprovidas de sentido e de futuro seriam apenas uma cruel decepção para os seus povos e também para os povos dos países candidatos que depositaram as mais altas esperanças num futuro que eles querem compartilhar»³⁴. Mas há quem ouse ir mais longe e defenda a necessidade imperativa de um projecto mobilizador europeu, que relance

³² José Medeiros Ferreira, *Nação e Defesa*, n.º 1, 1976.

³³ Mário Soares, *Política Externa*, n.º 1, 1978.

³⁴ *Idem*, «Portugal e a Comunidade Europeia: é o alargamento incompatível com o aprofundamento?», *ibid.*

a Comunidade para uma reforma institucional, reforçando o «poder europeu supranacional», que retomaria «o ideal de uma Europa unificada» e alargada, e forneceria «o projecto mobilizador de que Portugal precisa», participando «activamente na construção da Europa»³⁵.

Mas se houve quem, no período pós-revolucionário, se preocupasse com o aprofundamento das Comunidades Europeias, a maior parte dos que se pronunciavam favoravelmente sobre a Europa, em particular no espectro político-partidário democrático (do centro direita e esquerda), pensam sobretudo no alargamento, vêem a opção pela integração europeia como a saída possível e desejável para que Portugal encontre o lugar que lhe cabe no concerto internacional e supere a «desorientação» em que se encontra. Muitos têm dúvidas das reais vantagens que dessa inserção poderão reverter para o país; alguns sugerem alternativas diversificadas; outros, a extrema direita, os comunistas e os esquerdistas, nas suas variantes, rejeitam liminarmente – mas por motivos diferentes – a viragem de Portugal no sentido da Europa, perspectivada a partir de 1976 com o primeiro governo constitucional.

Foi, com efeito, este governo, chefiado por Mário Soares, que tomou a iniciativa política da opção europeia. Apresentada às Comunidades Europeias em 1977, iniciou-se, desde então, um processo negocial que se arrastará até 1985, vindo Portugal a tornar-se membro efectivo a partir de 1 de Janeiro de 1986. Mas a população em geral mantinha-se alheada do problema. Em finais de 1981, com o processo negocial em curso, e com a adesão esperada para 1983, a maior parte dos portugueses (62%), segundo a sondagem realizada pelo *Eurobarómetro*, não tinha opinião sobre a adesão de Portugal; o número dos que a consideravam positiva equivalia ao dos que se opunham ou manifestavam muitas dúvidas (19%). Dois anos depois, na primavera de 1983, nova sondagem revelava valores mais favoráveis; mesmo assim, quase metade dos portugueses (48%) não tinha opinião formada sobre a adesão de Portugal, e só um pouco mais de um quarto (28%)

³⁵ Francisco Sarsfield Cabral, *Nação e Defesa*, n.º 4, 1978.

considerava-a positiva. Eram os órgãos de soberania, a classe política democrática em geral, alguns sectores empresariais e sócio-profissionais que mais manifestavam a sua determinação em fazer avançar o processo de adesão. Contudo, muito pouco se investia, por parte do poder político ou da sociedade civil, num efectivo esclarecimento à população sobre as consequências calculadas e previsíveis (as vantagens, os inconvenientes e os riscos) da projectada adesão de Portugal à CEE.

No ano de 1981 o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, protagonizou sucessivas iniciativas para alterar os tratados comunitários com vista à realização da União Europeia. Numa sondagem realizada pela CEE em Portugal, no final do ano de 1981, à pergunta «Está a favor ou contra os esforços em curso para a unificação da Europa Ocidental?», os resultados, publicados pelo *Eurobarómetro*, são reveladores: perto de dois terços dos inquiridos (67%) não responderam (isto é, não sabiam, não tinham opinião), mais de um quarto (29%) mostrou-se favorável e uma minoria (4%) discordou³⁶. Ou seja, quer a perspectiva da adesão quer as propostas de reforma comunitária são problemas que não interessaram à esmagadora maioria dos portugueses.

Mesmo depois de concluído o processo negocial, a adesão de Portugal à CEE não parece ter suscitado grandes entusiasmos, não só no povo em geral como também nos meios culturais portugueses; para muitos intelectuais esta entrada abrupta na Europa continental não se coadunava com a condição atlântica e a vocação universalizante do povo português, suscitando por isso dúvidas e reservas. A título de exemplo registamos aqui uma passagem do *Diário* de Miguel Torga, escrito em 28 de Março de 1985:

«Parece que sempre vamos entrar no Mercado Comum [...]. Chegou, infelizmente, o momento de enfrentarmos os corifeus da civilização a que pertencemos e a que demos nos bons tempos uma contribuição específica que a planetarizou. E não teremos outro remédio senão utilizar os mesmos métodos e práticas que eles usam [...]. Oxalá que, forçados

³⁶ *Diário de Notícias*, 25/12/81.

a mudar de comportamento, o façamos conscientemente e apenas como enriquecimento do que fomos e somos, sem perda de nenhuma das virtudes que nos caracterizam»³⁷.

Nos anos subsequentes, após o período da adesão, persiste esta geral indiferença perante o destino da Europa comunitária e as reformas que nela se propunham e concretizavam. Num levantamento a que procedemos sobre artigos em publicações periódicas portuguesas onde fosse verosímil poderem aparecer estudos sobre assuntos comunitários, os resultados obtidos são concludentes: num total de 105 revistas pesquisadas, para o período de 1980 a 1995, foram detectados perto de um milhar de artigos sobre Portugal e a Europa; mas apenas meia dúzia de títulos se referiram à questão da ideia de Europa, da unidade política, da federação europeia, ou seja, do passado, do presente ou do futuro da arquitectura europeia; e todos se inscrevem no período do debate do Tratado de Maastricht (1991-92). A quase totalidade dos artigos incide sobre aspectos técnicos ou sectoriais das políticas comunitárias. O mesmo se poderá dizer para as publicações editoriais (livros) cujo levantamento se fez para um período mais vasto, que vai até ao final da década de 90: menos de duas dezenas abordam o problema da natureza institucional e do futuro da Europa (unidade europeia, federação, federalismo, união política, etc.). O discurso europeu, na perspectiva de um relançamento comunitário, era quase inexistente.

3. Mas o panorama tende timidamente a mudar. Nos últimos anos têm aparecido algumas publicações³⁸ e têm-se realizado diversos colóquios onde a relação de Portugal com a Europa parece interessar um número crescente

³⁷ Miguel Torga, *Diário*, XIV.

³⁸ Registamos entre outras, Aurélio Crespo, *O federalismo, um modelo para a Europa?*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1998; João Carlos Espada, *O desafio europeu, passado, presente e futuro*, Principia, 1999; Paulo Sande, *O sistema político da união europeia*, Cascais, Principia, 2000.

de estudiosos, dentro e fora das instituições académicas³⁹. A partir do debate em torno da revisão do tratado de Maastricht, no quadro da CIG 96, registou-se em Portugal um sensível interesse, de que resultou a publicação de alguns trabalhos contendo contributos sectoriais e propostas mais amplas sobre a reforma das instituições e das políticas comunitárias. Algumas revistas destacam-se, no panorama editorial português, pela preocupação sistemática e pela qualidade que têm mantido na análise da problemática europeia, nomeadamente sobre a reforma institucional e a natureza do sistema comunitário, sobre o presente e o futuro da União⁴⁰.

O debate político em Portugal no quadro da CIG 2000 não foi fértil nem ousado, apesar de propostas honestas aparecidas na altura. A Europa encontrava-se, então, numa encruzilhada perante um novo alargamento de grande amplitude e teria que tomar medidas de fundo, obrigando a repensar a sua arquitectura institucional. Diversos contributos foram aparecendo. A proposta de uma federação dos Estados europeus apresentada em Berlim, em Maio de 2000, pelo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, trouxe o assunto, também em Portugal, para as primeiras páginas dos jornais e dos noticiários. O jornal *Público* e o semanário *Expresso* lançaram um inquérito, a propósito daquelas declarações, sobre o federalismo europeu, a várias personalidades políticas e empresariais portuguesas. «Portugal na Europa: *quo vadis*» era o título com que o primeiro dos periódicos

³⁹ Citem-se, a título de exemplo, os colóquios do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: *A Europa: reflexões a partir da história* (27 de Outubro de 1994), *O Fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa* (4 a 6 de Maio de 1995), *A construção da Europa: problemas, pensadores e políticos* (9 e 10 de Maio de 1996) e *O federalismo europeu, história, política e utopia* (18 e 19 de Maio de 2000); cite-se, como outro exemplo bem conseguido, o Colóquio “Portugal e a Construção Europeia”, realizado na Universidade de Coimbra nos dias 23 e 24 de Novembro de 2001, cujos textos das comunicações apresentadas foram reunidos na obra *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Nova Almedina, 2003.

⁴⁰ É o caso, entre outras, das revistas *Finisterra*, *Revista de Reflexão e Crítica* (dir. de Eduardo Lourenço), *Estratégia* e *O Mundo em Português*, estas duas últimas publicadas pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

cos referidos dava conta das respostas obtidas. Relativamente às questões enunciadas – «concorda que é necessário avançar para uma federação de Estados?», «Sim ou não ao federalismo?»⁴¹ – as opiniões dos inquiridos manifestaram-se maioritariamente de forma afirmativa, mas, nalguns casos, com condições tão restritivas que contradiziam o próprio conceito de federalismo; um número menor, mas ainda assim significativo, associado à direita mais conservadora, pronunciou-se pela rejeição absoluta de qualquer esquema de união política europeia. Não se tratava, por conseguinte, de uma amostra que revelasse o sentir geral dos portugueses. Nada sabemos da elite intelectual do país; a inexistência de posições que se tivessem expressado publicamente leva-nos a sugerir que a problemática do federalismo lhe era indiferente.

No presente, no pós-Nice, o futuro da Europa não regista ainda, no rectângulo nacional, contributos abundantes para fazer sair a União Europeia das dificuldades em que se encontra. Ao nível do poder político os contributos são escassos: se ao nível presidencial (do actual e do anterior Presidente da República, Sampaio e Soares) as propostas são imaginativas e equilibradas, já as declarações governamentais são tímidas e conservadoras; os debates parlamentares sobre a matéria manifestaram, por enquanto, pouco entusiasmo e poucas ideias; os partidos continuam sobre o assunto emudecidos ou cautelosos; instituições e organizações vão despertando com algumas iniciativas; a sociedade civil, com poucas excepções, continua alheada do problema. Mas, desde a entrada em funcionamento da Convenção Europeia, o debate animou-se: diversas iniciativas institucionais, na área do poder e nos meios académicos, fizeram a sua aparição; algumas publicações periódicas e jornais diversos, com destaque para o diário *Público*, têm divulgado e tomado posição sobre o que, no âmbito do *futurum* da Europa, se vai produzindo aquém e além fronteiras.

⁴¹ *Público*, 28/5/2000; *Expresso*, 27/5/2000.

O funcionamento da CIG 2003, para dar destino ao Projecto de Tratado Constitucional da responsabilidade do organismo presidido por Giscard d'Estaing, mobilizou mais participantes e mais entusiastas. As intervenções críticas e contributivas para a Europa do futuro apresentaram-se prometedoras: se não tanto ao nível dos órgãos políticos e dos aparelhos partidários, que permaneceram relativamente discretos sobre a matéria, indiscutivelmente pelo menos nalguma imprensa e em instituições académicas, em determinadas áreas do conhecimento e da intervenção cultural e política – nos quais o passado e o futuro da Europa interessa cada vez maior número de interlocutores. Os colóquios que sobre o assunto se têm realizado nos últimos anos, a produção de artigos e a publicação de obras sobre a estrutura institucional da União Europeia e as perspectivas no futuro, o desenvolvimento da investigação sobre a relação de Portugal com a Europa, a ideia de unidade e o projecto da integração, a criação de disciplinas obrigatórias e de seminários, cursos de licenciatura e de mestrado sobre estudos europeus e a estimulante procura e manifesto interesse que suscitam parecem-nos, desde já, ser um indicador positivo de uma mudança de sensibilidade que os portugueses começam a manifestar em relação a um espaço cujos interesses partilham e para cujo aprofundamento pretendem dar também o seu contributo. Contudo, a maioria da população portuguesa continua à margem do processo em curso sobre a reforma da União Europeia; e os principais líderes e responsáveis políticos e partidários, no espaço do poder e da oposição, pouco se têm preocupado para inverter esta situação: «Neste momento crucial da construção europeia, Portugal está um pouco à deriva sem que a opinião pública portuguesa, e mesmo talvez responsáveis dos partidos, tenham a consciência exacta do que se joga em Bruxelas e Estrasburgo»⁴².

⁴² Mário Soares, in *Visão*, 02/10/2003.

Em jeito de conclusão: a Europa do futuro e o futuro de Portugal

Ao longo destes dois séculos a aproximação de Portugal à Europa não se fez de ânimo leve. O processo, como vimos, evoluiu de forma flutuante, com avanços e recuos. Foi a partir de meados do século de oitocentos que se ambicionou, através do federalismo ibérico, constituir uma união peninsular como etapa ou como conjunto regional de uma unidade mais vasta, a federação europeia e/ou latina. Mas é no século XX, no pós-primeira guerra, que, através do Movimento da Pan-Europa e da iniciativa institucional do Plano Briand na Sociedade das Nações, se esboçam os contornos e a forma de uma ideia de unidade europeia contemporânea, que ganhará corpo e movimento após a segunda guerra. Portugal participou nesse processo nos anos 20 do século passado, quer ao nível da opinião pública, quer em meios intelectuais e académicos, quer no plano diplomático. Mas a irrupção do fascismo e, no plano doméstico, do salazarismo impediu que estas generosas e ousadas iniciativas pudessem amadurecer e frutificar. O nacionalismo fascista europeu terminou com a vitória das democracias em 1945, mas o regime atlantista e colonial de Salazar, não; e enquanto a Europa ocidental prosseguia na sua caminhada para a unidade, Portugal distanciava-se numa modorra isolacionista e de miragem imperial que deixaria profundas marcas na consciência e na sensibilidade nacionais. A participação de Portugal nas organizações económicas do pós-guerra (OECE, EFTA, OCDE) – pela persistência e clarividência de alguns, é certo, mas por força das coisas também –, apesar das inegáveis consequências desenvolvimentistas e dos seus reflexos sociais e culturais, não foi suficiente para mudar mentalidades nem mitos que um regime autoritário de quase meio século soube explorar e intensificar. As utopias e as fantasmagorias do passado, as que nos eram próprias, da nossa periférica condição marítima e visionária, e as que eram de outros, de matriz igualitária e burocrática, confluíram aqui, retardatárias, no biénio revolucionário de 74-75, numa espécie de estertor final. Não surpreende que, naquele conturbado período, a indiferença e as desconfianças em relação à Espanha, aqui ao lado, e à Europa, mais além, capitalista e arrogante, persistissem arreigadas. Mas, volvida esta fase de vertigem revolucionária, a realidade nua e crua da nossa condição doméstica – desgastada por uma conjuntura complexa e alucinante e expurgada inexoravel-

mente e num ápice da ficção do Império multirracial, do Minho a Timor, e sem nada nem ninguém, agora, em que se apoiar – impôs-se à evidência de muitos.

A Europa, pois!... Sem convicção para a maior parte, mas com forte determinação para os sucessivos governos constitucionais, que, para além dos argumentos de circunstância, viram na opção europeia a possibilidade de consolidar o frágil edifício democrático e de encontrar meios de financiamento que permitissem ao país sobreviver na caótica situação económica em que se prostrava. Esvaído o sonho da utopia revolucionária, o estado moral da nação não estava em condições favoráveis para abraçar uma causa que lhe era relativamente estranha, distante, demasiado material, de difícil abordagem, de riscos dificilmente suportáveis pela nossa pacata condição periférica, de métodos e de imposições constrangedoras e pouco compatíveis com a nossa alma aventureira e sonhadora. Mas não havia alternativas, como tragicamente se demonstrou nos anos subsequentes, se incredulidades pudessem ainda subsistir: nem África, que se envolveu em guerras fratricidas que a destroçaram até à exaustão; nem Terceiro Mundo, cuja expectativa de incipiente identidade política, económica e geostratégica se malogrou também; nem espaço de economia planificada onde o designado socialismo real se desmoronou como um castelo de cartas; nem, evidentemente, como se chegou a sugerir, Estados Unidos da América, que só tinha para nos oferecer um colete de segurança enquanto isso conviesse aos seus interesses de superpotência com a ambição de guarda do Mundo.

Passados vinte anos de integração comunitária, o rosto deste país mudou, o sentimento e as expectativas em relação à Europa, também –, para melhor; mas permanecem medos e mitos ancestrais, complexos e atavismos de longa duração, debilidades estruturais e incapacidades multisseculares, descrenças e pessimismos cíclicos. Os reflexos sociais e mentais da herança do passado e da crise do presente não são, com efeito, animadores para o orgulho nacional. Os portugueses – de acordo com os indicadores estatísticos comunitários já acima referidos – são, entre os europeus, os mais pessimistas em relação ao presente e ao futuro próximo; os que menos acreditam na democracia do seu país ou nas suas instituições nacionais, em particular no governo e na justiça; dos menos informados sobre o alargamento a Leste e dos mais convencidos que este pode prejudicá-los, mas dos que (por estranha genero-

sidade!) mais consideram que este devia realizar-se (aos dez novos candidatos, agora membros, e a outros futuros). Os portugueses são, entre os europeus, dos que mais confiam nas instituições comunitárias, em particular na Comissão, dos que mais apoiam a pertença à Comunidade e consideram que a Europa é “uma coisa boa” e que dela colheram benefícios, dos que menos se opõem à aprovação da Constituição europeia, dos que mais entendem que a Europa deverá desempenhar um papel mais importante nos próximos cinco anos (67%; UE15 = 44%) e desejam maior velocidade no ritmo da construção europeia (5,8 numa escala de 1, menos, a 10, mais; UE15 = 4,8); mas, paradoxalmente, os portugueses são os menos informados sobre a UE, os que menos sabem sobre o seu funcionamento, os que menos intenção têm de nela participar enquanto cidadãos, nomeadamente nas eleições para o PE, os que menos conhecem sobre o projecto de tratado constitucional europeu, os que menos se interessam pela Europa do futuro. Que futuro, pois, para Portugal e para a Europa?

A defesa da união política da Europa continua a ter expressões tímidas em Portugal. Sendo um Estado unitário multissecular, sem uma vontade nem experiência efectiva de regionalização – salvo, de forma limitada, nos dois casos insulares (Açores e Madeira) –, a ideia federal aparece frequentemente confundida com a perda da identidade, ou associada ao medo, hoje como no passado, de absorção asfixiante por parte de uma Espanha em crescente expansão e protagonismo, ou ao risco de subordinação a potências europeias cujo egoísmo e vontade de hegemonia parecem ocasionalmente manifestar-se com poucos escrúpulos. Contudo, sendo Portugal um pequeno país, com desvantagens agravadas pela sua situação periférica, são cada vez mais audíveis as vozes dos que pensam que é no quadro do reforço crescente da coesão económica e social e da unidade política europeias que se poderá encontrar a alternativa confortável e tranquilizadora para assegurar a identidade de cada uma das unidades comunitárias e a igualdade de todas no conjunto. Paralelamente, a possibilidade alternativa e tendencial de um Directório, protagonizado no âmbito do Conselho, que reforçaria o poder das grandes potências em detrimento dos pequenos Estados e das instituições supranacionais, não deixa de ser penosamente sentida e unanimemente rejeitada pelos portugueses.

Esse medo e essa falta de confiança poderão favorecer o reaparecimento revivalista da opção atlântica, com contornos ideológicos e nacionalistas, que se tem manifestado ocasionalmente. Muitos portugueses despertam hoje para a necessidade de Portugal retomar, com mais empenhada continuidade e firmeza, uma política marítima consequente e um relacionamento internacional de vertente atlântica, nomeadamente com os países de expressão oficial lusófona. Mas essa vontade e actuação, legítimas e desejáveis, consentâneas com a história multissecular de um povo confinado ao recanto ocidental da Europa – «onde a terra se acaba e o mar começa» –, não podem, não poderão mais ser utilizadas em detrimento das realizações e expectativas dos povos europeus cujo destino comum Portugal doravante partilha; pelo contrário, terão aquelas que conjugar-se com estas, numa crescente compreensão e solidariedade recíprocas.

É, com efeito, na simbiose entre o mar e terra, superando os fantasmas conflituais do passado, é na projecção Além-Mar (para construir uma solidária comunidade de paz e de progresso, especialmente com os povos que outrora colonizou), é na partilha da ambição e do esforço de edificação de uma Europa unida, pacífica, solidária e generosa (exemplo e farol de esperança para os povos de outros continentes) –, que Portugal poderá elevar a sua auto-estima (dentro do país e na diáspora), *descomplexar-se e cumprir-se*. Mas, para o efeito, precisa de ultrapassar o mesquinho entendimento utilitarista que tem feito da Europa do presente –, da qual parece interessar-lhe apenas a manutenção e, se possível, o reforço dos fundos estruturais (qual ouro brasileiro dos tempos modernos para perpetuar a sua enquistada mediocridade); e de libertar-se com urgência da tacanha visão que tem da Europa do futuro, da indiferença ou da ausência dela, da instintiva rejeição do projecto comunitário quando, conjunturalmente, surgem dificuldades ou se impõem normas constrangedoras, como sejam as decorrentes do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou ainda de um certo pessimismo catastrofista e lúgubre que, a propósito de um qualquer impasse da União, como a não aprovação referendária em dois Estados do projecto de tratado constitucional, há quem logo se apresse a anunciar o toque de finados dessa irracional utopia da Europa unida.

A “crise” da Europa do presente não é uma manifestação da senilidade ou da agonia do projecto comunitário, como alguns proclamam; é uma

crise de liderança, traduzida numa deriva intergovernamental, agastada por mesquinhos interesses nacionais, que não tem em conta o sentir dos respectivos cidadãos, em particular, e persiste em ignorar a vontade dos europeus, em geral. É também, e acima de tudo, a manifestação da insustentabilidade, numa Europa amplamente alargada, do equilíbrio entre a soberania dos Estados e a integração comunitária conseguido, em boa hora, em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992, que as subsequentes reformas do Tratado da União Europeia não souberam ou não quiseram aprofundar ou ultrapassar: a timidez de Amesterdão 1996, a incapacidade de Nice 2000 e o fracasso ou o destino incerto do projecto de Tratado Constitucional europeu revelaram o esgotamento dessa estratégia de ponderabilidade e a tendência para o reforço dos poderes do Conselho, comumente designada por “deriva” intergovernamental.

Para sair do impasse a alternativa parece configurar-se: ou a intensificação do reforço do poder das maiores potências em detrimento dos pequenos Estados e das instituições comunitárias supranacionais, subvertendo os princípios de Maastricht e o espírito fundador da unificação europeia, ou o salto em frente rumo à união política através de um aparelho institucional que preserve condignamente as identidades nacionais e salvguarde a representatividade democrática.

Aspiração longínqua, debate antigo, combate secular, o desafio pacífico do passado continua a ser a grande aposta da velha Europa do presente. Sob pena de naufragar ou ficar presa das suas próprias incapacidades, a Europa nova do futuro tem de empenhar-se solidariamente com coragem e determinação no reforço da via federal – ou, se o termo incomoda, do método comunitário ou do processo de integração –, sem pretensões hegemónicas no seu seio, assente no princípio da subsidiariedade e no respeito da diversidade dos povos que a compõem. Parece, pois, ser esta a solução que convêm a Portugal e aos pequenos e médios países; de contrário, o lugar que lhe(s) cabe na Europa do futuro parece claramente desenhado: a subalternização crescente no quadro de uma Europa de Estados a reboque de um directório com ou sem legitimidade institucional.

Se, assim, pela via da unificação progressivamente renovada e reforçada, se dissolverem, ao longo do percurso, os Estados do passado, redimir-se-ão certamente as pátrias do futuro...